



CARTÓRIO NOTARIAL DE CASTELO DE PAIVA

NOTÁRIA

Isabel Lima Queirós

## *Certifica*

**UM** — Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com o original.

**DOIS** — Que foi extraída neste Cartório, da escritura exarada de folhas

47

a folhas

49

do livro de notas para escrituras diversas, número

86 - F

**TRÊS** — Que ocupa vinte e duas folhas, que têm aposto o selo branco deste Cartório, e estão todas elas numeradas e por mim, Colaborador/Notário, rubricadas.

Cartório Notarial de Castelo de Paiva, 27

de Outubro de 2015

Por Delegação,

*Liliana Marta Moreira Teixeira*

Liliana Marta Moreira Teixeira, funcionária autorizada pela notária Isabel Lima Queirós, inscrita na ordem dos notários sob o nº 118/4, conforme publicação no site em 27/11/2013.

Registada sob o n.º 118 em 27 / OUT / 2015

### ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

---- No dia vinte e sete de Outubro de dois mil e quinze, no Cartório Notarial de Castelo de Paiva, sito no Largo do Conde, número 122, primeiro andar, Sobrado, concelho de Castelo de Paiva, perante mim, Licenciada Isabel Alexandra Lima Queirós, respectiva Notária, compareceu como outorgante: -----

---- a) António Eduardo da Rocha Pereira (Cartão do Cidadão número 03325109 6ZY1, válido até 25/01/2020), casado, natural da freguesia de Real, concelho de Castelo de Paiva, onde reside no lugar de Nojões;-----

---- b) Martinho Vieira de Oliveira (Cartão do Cidadão número 03359433 3ZZ2, válido até 04/03/2019), casado, natural da freguesia de Raiva, concelho de Castelo de Paiva e residente no lugar de Cruz da Carreira, freguesia de Santa Maria de Sardoura, concelho de Castelo de Paiva;-----

---- c) Fernando Augusto de Sousa Rodrigues (Cartão do Cidadão número 06617881 9ZZ4, válido até 24/02/2017), casado, natural da freguesia de Miragaia, concelho do Porto e residente no lugar de Cruz da Carreira, freguesia de Santa Maria de Sardoura, concelho de Castelo de Paiva, que outorgam na qualidade de presidente, vice-presidente e tesoureiro da direcção da associação denominada **“ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVA DE S. GONÇALO DE NOJÕES, ASCRN”**, NIPC 509 154 670, com sede no lugar de Nojões, freguesia da Real, concelho de Castelo de Paiva.-----

----**Verifiquei:**-----

---- a) A identidade dos outorgantes por exibição dos referidos documentos de identificação;-----

---- b) As suas qualidades e suficiência de poderes para o acto pela escritura de constituição da associação lavrada neste Cartório Notarial no dia vinte e dois de

Junho de dois mil e nove , exarada a folhas cento e doze do livro de notas quarenta e nove-F; pela escritura de rectificação lavrada neste Cartório Notarial no dia dezasseis de Março de dois mil e onze, a folhas onze do livro de notas sessenta e três-F; pela escritura de rectificação e alteração de estatutos lavrada neste Cartório Notarial no dia vinte e sete de Novembro de dois mil e catorze, a folhas cento e trinta e quatro do livro de notas número oitenta-F; pela acta da Assembleia Geral de tomada de posse número dezassete de quinze de Fevereiro de dois mil e quinze, que se encontra arquivada neste Cartório Notarial como documento número cento e cinquenta e seis do maço de documentos referente ao livro de notas número oitenta e três -F e pela acta da Assembleia Geral número dezanove de dezasseis de Outubro de dois mil e quinze, cuja pública forma, arquivo.-----

----E por eles foi dito, nas qualidades em que outorgam:-----

---- Que, ainda dando cumprimento ao deliberado pela referida Assembleia Geral em dezasseis de Outubro de dois mil e quinze, procedem à alteração dos seguintes artigos do pacto social: artigos 10º, alínea c); artigo 14º, nº 3; artigo 18; artigo 23º, nº 1, artigo 30º, ° 1, alínea c); artigo 33º, nº 1 e artigo 45º, passando aqueles artigos a ter a seguinte redação:-----

----Artigo 10º:-----

---- Direitos dos associados:-----

---- a) Mantém-se;-----

---- b) Mantém-se;-----

---- c) requerer a convocação da Assembleia Geral Extraordinária nos termos do nº 3 do artigo 31º dos estatutos;-----

---- d) Mantém-se;-----

L. 86-f

Fl. 48

CP

Fes. 2

X

----**Artigo 14º:**-----

---- Um – mantém-se; -----

---- Dois- mantém-se; -----

---- Três – É admitido o voto por correspondência sob condição do seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos, mediante apresentação de cópia do bilhete de identidade ou cartão do cidadão.-----

----**Artigo 18º:**-----

---- Um - São órgãos da Associação, a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal; -----

---- Dois – Os órgãos sociais têm que ser obrigatoriamente compostos por associados; -----

----**Artigo 23º:**-----

---- Um – os órgãos de administração e fiscalização são convocados pelos respectivos presidentes, por iniciativa destes ou a pedido da maioria dos titulares dos órgãos. -----

---- Dois- mantém-se; -----

---- Três- mantém-se; -----

----**Artigo 30º:**-----

---- A Assembleia Geral reunirá ordinariamente e extraordinariamente: -----

---- Um - A Assembleia Geral reunirá ordinariamente: -----

---- a) – mantém-se; -----

---- b) mantém-se; -----

---- c) Até 30 de Novembro de cada ano, para apreciação e votação do programa de acção e do orçamento para o ano seguinte e do parecer do órgão de fiscalização.---

---- Dois – mantém-se; -----

----**Artigo 33º:**-----

---- Um – Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria simples de votos, não se contando as abstenções.-----

---- Dois – mantém-se; -----

---- Três -mantém-se; -----

----**Artigo 45º:**-----

---- Compete ao Conselho Fiscal vigiar pelo cumprimento da lei e dos estatutos e designadamente: -----

---- a) - Exercer o controlo e fiscalização da Instituição; -----

---- b) - Exercer a fiscalização do órgão de administração da Instituição;-----

---- c) - Exercer a fiscalização sobre a escrituração e dos documentos da instituição sempre que o julgue conveniente; -----

---- d) - Assistir e fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões do órgão executivo, sempre que o julgue conveniente; -----

---- e) - Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento e sobre todos os assuntos que o órgão executivo submeta à sua apreciação;-----

---- f) - Dar parecer vinculativo sobre a aquisição de imóveis rústicos ou urbanos;--

---- Que após estas alterações os estatutos da associação passam a ter a redacção constante do documento complementar, que faz parte integrante desta escritura, de que têm perfeito conhecimento e inteiramente aceitam, elaborado de harmonia com o número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que se arquiva.-----

----Assim o disseram e outorgaram.-----

Isabel Queirós  
NOTÁRIA

Fs. 3

Livro 86-f

Fl. 49

4

----- Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo.

Antônio de Almeida de Rocha Pereira

Martinho Vieira de Oliveira

Fernando Augusto de Lusa Rodrigues

A Notária, Isabel Maria Queirós

Conta registada sob o nº 117 4

*[Handwritten signature and initials]*

## ASSOCIAÇÃO

### Capítulo I

#### Da Denominação, sede e fins

##### Artigo 1.º

----- 1 - A Associação sem fins lucrativos adopta a denominação **Associação Social, Cultural e Recreativa de S. Gonçalo de Nojões – ASCRN**, com sede no lugar de Nojões, freguesia de Real, concelho de Castelo de Paiva.-----

----- 2 - A Associação tem como fim a protecção dos cidadãos na velhice e na invalidez, dar apoio a crianças, jovens e deficientes; o desenvolvimento sócio-cultural através da dinamização de iniciativas e de promoção local.-----

----- 3 - **Para realização dos seus objectivos, a associação promoverá:-**

----- a) A prestação de serviços com vista à resolução de carências sociais dos cidadãos, na velhice e na invalidez, designadamente a criação e manutenção e um centro de dia, Apoio Domiciliário e lar de idosos.-----

----- b) Actividades sócio culturais em colaboração com as forças vivas da terra, nomeadamente, festas e outras iniciativas de valorização cultural.-

----- c) Organizações e realizações das festas anuais de S. Gonçalo de Nojões.-----



**Artigo 2.º**

----- A organização e funcionamento dos diversos sectores da actividade constará de regulamentos internos elaborados pela Direcção.-----

**Artigo 3.º**

----- A Associação estará organizada fiscal e financeiramente de acordo com legislação específica em vigor.-----

**Artigo 4.º**

----- Os serviços prestados pela Instituição são gratuitos ou remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação sócio-económica e financeira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá proceder.-

**Artigo 5.º**

----- As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços competentes, assim como de acordo com o seu rendimento e do seu agregado familiar.-----

**Capítulo II****Receitas****Artigo 6.º**

----- 1 - **Constituem receitas da associação:**-----

----- a) O produto da jóia e quotas dos Associados;-----

----- b) As comparticipações dos utentes;-----

----- c) Os rendimentos dos bens próprios da associação;-----

----- d) As doações, legados e heranças e respectivos rendimentos;-----



---- e) Outros subsídios que lhe sejam atribuídos pelo Estado e Organismos Oficiais;-----

---- f) Os donativos e produtos de festas e subscrições;-----

---- g) Outras receitas;-----

----- 2 - No caso da extinção da associação competirá à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.-----

----- 3 - Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente convocatórios e necessários quer à liquidação do Património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.-----

### Capítulo III

#### Associados

#### Artigo 7.º

----- Podem ser associados pessoas singulares maiores de dezoito anos e as pessoas colectivas.-----

#### Artigo 8.º

----- **Haverá duas categorias de associados:**-----

----- **Honorários** - As pessoas que, através de serviços e de donativos têm contribuição especialmente relevante para a realização dos fins da Instituição, como tal reconhecida e proclamada em Assembleia Geral.----

----- **Efectivos** – As pessoas que se proponham colaborar na realização dos fins da Associação obrigando-se ao pagamento da Jóia e quota mensal , aos montantes fixados pela Assembleia Geral.-----

FE.7 170  
JA  
R.H.  
Rodriguez  
Q

**Artigo 9.º**

----- A qualidade de associados, prova-se pela inscrição no livro respectivo que a Associação obrigatoriamente possuirá.-----

**Artigo 10.º**

----- **Direitos dos Associados:**-----

- a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;-----
- b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais;-----
- c) Requerer a convocação da Assembleia Geral extraordinária nos termo do nº 3 do Artº 31 dos Estatutos;-----
- d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos desde que o requeiram por escrito com antecedência mínima de quinze dias e se verifique um interesse pessoal, directo e legítimo.-----

**Artigo 11.º**

----- **Deveres dos Associados:**-----

- a) Pagar pontualmente as suas quotas tratando-se de associados efectivos;-----
- b) Comparecer às reuniões de Assembleia Geral,-----
- c) Observar as disposições estatutárias e regulamentos e as deliberações dos corpos Gerentes;-----
- d) Desempenhar com Zelo, dedicação e eficiência os cargos para que foram eleitos.-----

**Artigo 12.º**

----- **1 - Os Associados que violarem os deveres estabelecidos no Artigo 10.º ficam sujeitos as seguintes sanções:**-----

- a) Repreensão;-----
- b) Suspensão dos direitos até noventa dias;-----
- c) Demissão.-----

----- 2 - São demitidos os sócios que por actos dolosos tenham prejudicado materialmente a associação.-----

----- 3 - As sanções previstas nas alíneas a) e b) do nº1 são da competência da direcção.-----

----- 4 - A demissão é sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da direcção.-----

----- 5 - A aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c), do n.º1 só se efectivarão mediante audiência obrigatória do associado.-----

----- 6 - A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.--

### **Artigo 13.º**

----- 1 - Os Associados efectivos só podem exercer os direitos referidos, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.-----

----- 2 - Não são elegíveis para os corpos gerentes os associados que, mediante processo judicial, tenham sido removidos dos cargos directivos da associação ou de outra instituição particular de solidariedade social, ou tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício das suas funções.-----

### **Artigo 14.º**

----- 1 - Os associados não poderão votar, por si ou como representantes de outrem, nas matérias que directamente lhes digam respeito ou nas quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.-----

172  
ff. 3  
A  
F.F.  
Rodru  
P

----- 2 - Os associados podem fazer-se representar por outros associados nas reuniões da Assembleia Geral em caso de comprovada impossibilidade de comparecimento à reunião, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa, acompanhada de cópia do bilhete de identidade, mas, cada sócio, não poderá representar mais de um associado.-----

---- Três – É admitido o voto por correspondência sob condição do seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos, mediante apresentação de cópia do bilhete de identidade ou cartão do cidadão.-----

#### **Artigo 15.º**

----- A qualidade de associados não é transmissível que por actos entre vivos, quer por sucessão.-----

#### **Artigo 16.º**

----- **1 - Perdem a qualidade de associados:**-----

----- a) Os que pedirem a sua exoneração;-----

----- b) Os que deixarem de pagar as quotas durante seis meses;-----

----- c) Os que forem demitidos nos termos do n.º 2, do Artigo 12.º;-----

----- **2 -** No caso previsto na alínea b) do número anterior, considera-se eliminado o sócio que tenha sido notificado pela Direcção para efectuar o pagamento das quotas em atraso, o não faça no prazo de trinta dias.---

#### **Artigo 17.º**

----- O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à associação, não tem o direito de reaver as quotizações que haja pago,

sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas  
ao tempo em que foi membro da associação.-----

173  
FB. 10  
✱  
B. 10  
4

**CAPÍTULO IV**  
**DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**  
**SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 18.º**

---- 1 - São órgãos da Associação, a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal;-----

---- 2 – Os órgãos sociais têm que ser obrigatoriamente compostos por associados;-----

**Artigo 19.º**

----- 1 - O exercício de qualquer cargo dos Órgãos Sociais é gratuito, mas pode justificar, o pagamento de despesas dele derivadas.-----

----- 2 - Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração da Associação exijam a presença prolongada de um ou mais membros dos corpos gerentes, a Assembleia poderá decidir pela remuneração dos mesmos.-----

**Artigo 20.º**

----- 1 - A duração do mandato dos Órgãos sociais é de quatro anos devendo proceder-se à sua eleição no mês de Dezembro do último ano de cada quadriénio.-----

----- 2 - O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o presidente de Mesa da Assembleia Geral ou seu substituto, o que

174  
FB. 33  
deverá ter lugar na primeira quinzena do ano civil imediato ao das eleições.-----  
Rodríguez

----- 3 - Quando a eleição tenha sido efectuada extraordinariamente fora do mês de Dezembro, a posse poderá ter lugar dentro do prazo estabelecido no n.º 2, ou no prazo de trinta dias após a eleição, mas neste caso e para efeitos do n.º 1, o mandato considera-se iniciado na primeira quinzena do ano civil em que se realizou a eleição.-----

----- 4 - Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos Órgãos Sociais.-----

### **Artigo 21.º**

----- 1 - Em caso de vocatura da maioria dos membros de cada Órgão Social, depois de esgotados os respectivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês e a posse deverá ter lugar nos trinta dias seguintes à eleição.-----

----- 2 - O termo do mandato dos membros nas condições do número anterior, coincidirá com os do inicialmente eleitos.-----

### **Artigo 22.º**

----- 1 - Não é permitido aos membros dos órgãos Sociais o desempenho simultâneo de mais de um cargo na Associação.-----

----- 2 - O disposto no número anterior aplica-se aos membros da mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal.-----

175  
FB. 12  
X  
Brodzinski  
6

**Artigo 23.º**

- 1 – Os órgãos de administração e fiscalização são convocados pelos respectivos presidentes, por iniciativa destes ou a pedido da maioria dos titulares dos órgãos; -----
- 2 - As deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de qualidade.-----
- 3 - As votações respeitantes às eleições dos membros dos Órgãos Sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros serão feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.-----

**Artigo 24.º**

- 1 - Os membros dos Órgãos Sociais são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.-----
- 2 - Além dos motivos previstos na lei, os membros dos Órgãos Sociais ficam exonerados de responsabilidades se:-----
- a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovarem com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrem presentes;-----
- b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na acta respectiva.-----

**Artigo 25.º**



176  
FB. 13  
----- 1 - Os membros dos Órgãos Sociais não poderão votar em assuntos que directamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.-----

----- 2 - Os membros dos Órgãos Sociais não podem contratar directa ou indirectamente com associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a Associação.-----

----- 3 - Os fundamentos das deliberações sobre os contratos referidos no número anterior, deverão constar das actas das reuniões do respectivo Órgão Social.-----

### **Artigo 26.º**

----- Das reuniões dos Órgãos Sociais serão lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitante a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respectiva mesa.-----

## **Secção II**

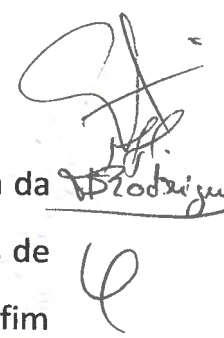
### **Assembleia Geral**

### **Artigo 27.º**

----- 1 - A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios admitidos há, pelo menos trinta dias, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.-----

----- 2 - A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva mesa que se compõe de um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.-----

177  
FB-14

  
Rodrigo  
4

----- 3 - Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os associados presentes os quais cessarão as suas funções no fim da reunião.-----

#### **Artigo 28.º**

----- 1 - Compete à mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia, representá-la e designadamente;-----

----- 2 - Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos actos eleitorais, sem prejuízo do recurso dos termos legais.-----

----- 3 - Conferir posse aos membros dos Órgãos Sociais.-----

#### **Artigo 29.º**

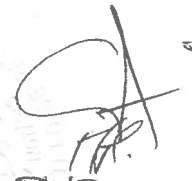

----- **Compete a Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e nomeadamente:**-----

----- a) Definir as linhas fundamentais da actuação da Associação;-----

----- b) Eleger e destituir por votação secreta os membros da respectiva Mesa e a totalidade dos membros dos órgãos executivo e de fiscalização;-----

----- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de acção para o exercício seguinte, bem como o respectivo relatório, contas de gerência e balanço do exercício anterior.-----

----- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou e valor histórico ou artístico.-----

- 178  
FR.15  
  

- e) Destituição dos titulares dos órgãos da associação;-----
- f) Aprovação do balanço;-----
- g) Deliberar sobre a alteração dos estatutos, cisão ou fusão da associação.-----
- h) Deliberar sobre a extinção ou dissolução da associação;-----
- i) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma Instituição e respectivos bens.-----
- j) Autorizar a associação e demandar os membros dos Órgãos Sociais por actos praticados no exercício das suas funções.-----
- l) Aprovar a adesão a Uniões, Federações e Confederações.-----

### Artigo 30.º

----- **A Assembleia Geral reunirá ordinariamente e extraordinariamente:**-----

----- **1 - A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:**-----

----- a) No final de cada mandato durante o mês de Dezembro para eleição dos Órgãos Sociais;-----

----- b) Até trinta e um de Março de cada ano, para discussão e votação do balanço, relatório e contas da gerência do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal;-----

----- c) Até 30 de Novembro de cada ano, para apreciação e votação do programa de acção e do orçamento para o ano seguinte e do parecer do órgão de fiscalização.-----

----- **2 - A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária** quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de pelo menos dez por cento dos associados no pleno gozo dos seus direitos.-----

179  
FR. 36

*[Handwritten signature: J. J. Rodrigues]*

**Artigo 31.º**

----- 1 - A Assembleia Geral deve ser convocada com pelo menos quinze dias de antecedência pelo Presidente da Mesa, ou seu substituto, nos termos do artigo anterior.-----

----- 2 - A convocatória é feita por meio de aviso – postal expedido para cada associado e deverá ser afixado na sede e nos outros locais habituais de acesso público, dela constando obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.-----

----- 3 - A convocatória da Assembleia Geral extraordinária, nos termos do artigo anterior, deve ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo de trinta dias a contar da data da recepção do pedido ou requerimento.-----

**Artigo 32.º**

----- 1 - A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto ou trinta (30) minutos depois com qualquer número de presentes.-----

----- 2 - A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só poderá reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.-----

**Artigo 33.º**

---- 1 – Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria simples de votos, não se contando as abstenções.-----

- 2 - As deliberações sobre as matérias constantes nas alíneas e), f), g), i),

180  
RS.17  
CA  
off. Stadig  
4

j) e l) do artigo 29.º, só serão válidas se obtiverem o voto favorável de pelo menos dois terços dos votos expressos.-----

----- 3 - No caso da alínea h) do artigo 29.º As deliberações sobre a dissolução ou prorrogação da pessoa colectiva requerem o voto favorável de três quartos do número de todos os associados.-----

### **Artigo 34.º**

----- 1 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, são anuláveis as deliberações tomadas sobre matérias estranhas à ordem do dia, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento.-----

----- 2 - A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de acção civil ou contra os membros dos Órgãos Sociais pode ser tomada na sessão convocada para apreciação do balanço, relatório e contas de exercício, mesmo que a respectiva proposta não conste na ordem de trabalhos.-----

### **Secção III**

#### **Direcção**

### **Artigo 35.º**

----- 1 - A Direcção da Associação é constituída por cinco membros dos quais um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal.-----

2 - Haverá simultaneamente igual número de suplentes que substituirão

os efectivos à medida que se derem as vagas e pela ordem que tiverem sido eleitos.-----

----- 3 - No caso de vocatura do cargo de Presidente será o cargo preenchido pelo Vice Presidente e este substituído por um suplente.-----

----- 4 - Os suplentes poderão assistir às reuniões da Direcção, mediante convite, mas sem direito a voto.-----

### **Artigo 36.º**

----- 1 - **Compete à Direcção gerir a Associação e representá-lo, incumbindo-lhe designadamente:**-----

----- a) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;-----

----- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e contas de gerência bem como o orçamento e programa de acção para o ano seguinte;-----

----- c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a Escrituração dos Livros nos termos da lei;-----

----- d) Organizar o quadro do pessoal e contratar e gerir o pessoal da Associação;-----

----- e) Representar a Associação em Juízo e fora dele;-----

----- f) Zelar pelo cumprimento da Lei, dos Estatutos e das deliberações dos Órgãos da Associação.-----

### **Artigo 37.º**

----- **Compete ao Presidente da Direcção;**-----

----- a) Superintender na Administração da Associação orientando e fiscalizando os respectivos serviços;-----

*[Handwritten signature and initials]*  
1911.11.11  
1911.11.11

- b) Convocar e presidir às reuniões de Direcção, dirigindo os respectivos serviços;-----
- c) Representar a Associação em Juízo e fora dele;-----
- d) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro e actas da Direcção.-----
- e) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando-se estes últimos à confirmação da direcção na primeira reunião seguinte;-----

### Artigo 38.º

----- Compete ao Vice-Presidente coadjuvar o Presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.---

### Artigo 39.º

- Compete ao Secretário:-----
- 1 - Lavrar aa actas das reuniões de Direcção e superintender nos serviços de expediente.-----
- 2 - Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direcção organizando os processos de assuntos a serem tratados;-----
- 3 - Superintender nos serviços de secretaria.-----

### Artigo 40.º

- Compete ao Tesoureiro:-----
- a) Receber e guardar os valores da Instituição;-----
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e de despesas;-----



- c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receita conjuntamente com o Presidente;-----
- d) Apresentar mensalmente à Direcção o balancete em que se discriminarão as receitas e as despesas do mês anterior;-----
- e) Superintender nos serviços de Contabilidade e Tesouraria.-----

#### **Artigo 41.º**

----- Compete ao Vogal coadjuvar os restantes membros da Direcção nas respectivas atribuições e exercer as funções que a direcção lhe atribuir.-

#### **Artigo 42.º**

----- A Direcção reunirá sempre que o julgar conveniente por convocação do Presidente e obrigatoriamente pelo menos uma vez por mês.-----

#### **Artigo 43.º**

- 1 - Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da Direcção, ou assinaturas conjuntas do Presidente e Tesoureiro.-----
- 2 - Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente e Tesoureiro.-----
- 3 - Nos actos de mero expediente bastará assinatura do Presidente da Direcção.-----

#### **Secção V**

#### **DO CONSELHO FISCAL**

FB. 21

## Artigo 44.º

----- 1 - O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um é presidente e dois vogais.-----

----- 2 - Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.-----

----- 3 - No caso de vacatura do cargo de Presidente, será o mesmo preenchido pelo primeiro vogal e este por um suplente.-----

## Artigo 45.º

----- Compete ao Conselho Fiscal vigiar pelo cumprimento da Lei e dos Estatutos e designadamente:-----

---- Compete ao Conselho Fiscal vigiar pelo cumprimento da lei e dos estatutos e designadamente:-----

---- a) - Exercer o controlo e fiscalização da Instituição;-----

---- b) - Exercer a fiscalização do órgão de administração da Instituição;

---- c) - Exercer a fiscalização sobre a escrituração e dos documentos da instituição sempre que o julgue conveniente;-----

---- d) - Assistir e fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões do órgão executivo, sempre que o julgue conveniente;-----

---- e) - Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento e sobre todos os assuntos que o órgão executivo submeta à sua apreciação;-----

---- f) - Dar parecer vinculativo sobre a aquisição de imóveis rústicos ou urbanos;-----

## Artigo 46.º

----- O Conselho Fiscal pode solicitar à Direcção elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor

reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique.-----

### Artigo 47.º

----- O Conselho fiscal reunirá sempre que julgar conveniente, por convocação do Presidente, obrigatoriamente pelo menos uma vez em cada trimestre.-----

Antônio Manuel de Roda Pereira  
Martinho Vieira de Oliveira  
Fernando Augusto de Sousa Rodrigues  
A Notícia, 25 de Maio de 1991